

"O RETORNO À COMUNIDADE": TRAJETÓRIAS DE INDÍGENAS TICUNA QUE ESTUDARAM NA CIDADE, OCUPAÇÃO DE CARGOS NA ALDEIA E PROCESSOS DE DIFERENCIAÇÃO SOCIAL

Mariana Paladino

RESUMO

O presente trabalho analisa a trajetória de indígenas Ticuna, habitantes da região do Alto Solimões, na Amazônia, que estudaram em meio urbano, procurando mostrar que essa experiência não resulta em enfraquecimento da identidade étnica ou distanciamento de sua comunidade de origem, sendo que a maioria das pessoas retorna às aldeias depois de formada. A experiência de formação escolar na cidade garante a aquisição de prestígio e o direito a se pleitear um "cargo". Nesse sentido, descrevem-se os trabalhos e cargos assumidos ao se retornar à aldeia e a lógica que rege sua nomeação. Também se aborda o modo como a aquisição de um habitus escolarizado (BORDIEU, 1974) e a obtenção de salário suscitam processos de segmentação e de hierarquização internos nas aldeias Ticuna.

PALAVRAS-CHAVE

Indígenas Ticuna. Impactos da escolarização. Mercado de trabalho. Processos de diferenciação social.

ABSTRACT

This paper analyzes the trajectories of a segment of Ticuna indigenous, habitants of the region High Solimões river, in the Amazon, whom study in the city. My object shows that this experience don't provoke identity loose or community bonds loose. The majority returns to their communities when they graduate. The experience of schooling formation in the city and the diploma guarantees them the acquisition of prestige and the right to obtain a "post" in their home territories, even though most leadership positions are held by elder Ticuna. It is described the available labor market and the logic that orients the attainment of posts and charges. It is boarded the impacts of the acquisition of schooling habitus (BORDIEU, 1974) and the process of segmentation and the formation of hierarchies that promotes within Ticuna villages.

KEYWORDS

Indigenous Ticuna. Schooling impact. Labor market. Process of social segmentation

1 Introdução

Este artigo analisa os processos de escolarização vivenciados pelo povo indígena Ticuna do Brasil, habitante da região do Alto Solimões, na fronteira com o Peru e a Colômbia.¹ Trata-se do grupo indígena mais numeroso do Estado do Amazonas e um dos maiores do país. Conta com uma população de 38 mil indivíduos, distribuídos em 129 comunidades (segundo dados da FUNASA de 2005), ao longo da calha do Rio Solimões e de seus igarapés tributários. Enfoca a trajetória dos que se formaram no meio urbano e analisa a maneira como costuma se dar o “retorno” à comunidade, descrevendo os trabalhos assumidos e cargos ocupados na aldeia, bem como a lógica que rege a sua adjudicação.

Cabe destacar que são escassos os trabalhos e pesquisas em educação escolar indígena a enfocar os impactos da escolarização e a inserção das pessoas formadas no mercado de trabalho. Daí o interesse por abordar uma questão ainda pouco analisada e discutida.²

2 “Chegar a ser alguém”: trajetórias escolares e motivações para o deslocamento ao meio urbano

Eu comecei a estudar aos oito anos de idade, porque, naquela época, na área indígena não tinha escola. Só tinha escolas nas comunidades civilizadas³ próximas, vizinhas a onde nós morávamos. Lá, eu estudei, mas tive muitas dificuldades de aprender devido à linguagem. Naquela época, eu não entendia português, que nem hoje entendo e falo. Aí dificultou a minha adaptação rápida, mas eu botei na cabeça que eu queria aprender. Eu sonhei... O professor se chamava Paulo, era um civilizado muito educado, ele gostava muito dos Ticuna. No tempo da matrícula, ele ia lá pelas comunidades, andava com a lista dele, matriculando os alunos. Então, aí, ele disse assim: “Olha, vocês precisam estudar. Vocês precisam ter um futuro melhor. O estudo vai dar tudo isso para vocês”. Então, ele incentivou de uma forma para a gente poder estudar. [...] Ele ensinou nós em sonhar com um futuro melhor, apesar de ele ser civilizado [...]

1. Ticuna significa “nariz preto” em tupi e alude ao fato do uso de pintura de jenipapo no rosto, expressando filiação clânica (NIMUENDAJU, 1952). Os Ticuna assumem o uso do termo, ainda que não tenha sentido em sua língua. Aryon Dall’ Igua Rodrigues (1986) propôs para o grupo a grafia Tukúna, enquanto outros autores têm utilizado grafias diversas (NIMUENDAJU; OLIVEIRA; OLIVEIRA FILHO). Opto por utilizar a grafia “Ticuna” pelo fato de ser a forma mais empregada atualmente na região, inclusive pelas organizações indígenas.

2. O presente trabalho resulta de uma reelaboração de um capítulo da minha tese de doutorado intitulada: *Estudar e experimentar na cidade: Trajetórias sociais, escolarização e experiência urbana entre “Jovens” indígenas ticuna, Amazonas*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Museu Nacional, UFRJ, e defendida em julho de 2006. Os dados e análises que serão apresentados no texto resultam do trabalho de campo realizado na região do Alto Solimões durante alguns períodos dos anos de 2002, 2003, 2004 e 2005, no qual se privilegiou uma abordagem etnográfica, o que envolveu uma intensa convivência com um grupo de jovens Ticuna e a participação em diferentes eventos, situações e espaços nos quais estavam envolvidos. Neste texto, darei conta das trajetórias escolares e de trabalho de alguns desses jovens para iluminar as características que o processo de saída da aldeia com fins de estudo envolve e as condições que estão presentes no seu retorno.

3. Termo que utilizavam os Ticuna (e ainda hoje, muitos utilizam) para se referir aos não-indígenas.

Porque mamãe era contra que nós estudássemos, porque ela trabalhava na roça e queria que a gente a ajudasse na roça para comprar alimentação e tal. Mas o papai sempre apoiou a gente. Ele disse assim: “Não, deixa os meninos estudarem. É bom para eles”. Aí, de vez em quando, a gente ia para a aula, mas não era todo o dia, não. Íamos para aula duas vezes na semana, porque os outros dias tínhamos que ajudar mamãe na roça. Quando eu saí da quarta série, eu via a dificuldade da minha família, da minha mãe, da realidade que eles viviam, eu pensei na minha idade de 14 anos, de 13 para 14. Aí eu tinha terminado a quarta e devia cursar a quinta série na cidade e, naquela época, a minha família não tinha oportunidade, que nem hoje têm certas famílias que não têm condição de manter os filhos na cidade, né? [...] Então, eu conheci uma senhora em Tabatinga. Ela falou que queria me levar para Manaus, onde morava, para cuidar das filhas dela, e aí eu disse assim: “Olha! Eu só vou com a senhora se me deixa estudar lá. Eu gosto de trabalhar, eu gosto de cuidar crianças – porque ela tinha duas filhas para cuidar – só vou com a senhora se me deixa estudar à noite. De dia, posso trabalhar, e estudar à noite, porque meu sonho é um dia melhorar. Se eu voltar de Manaus para cá, eu quero voltar com um futuro diferente, para minha família, ajudar minha mãe”. “Tudo bem – ela disse. [...] Meu pai não que-

ria que eu fosse, nem mamãe [...] Eu fiquei lá 14 anos, eu aprendi muitas coisas lá (J.P, 36 anos, professora da aldeia Novo Paraíso, município de Benjamin Constant).

Este relato assemelha-se a muitos outros coletados durante minha pesquisa de campo, quando indagava os Ticuna a respeito das trajetórias daqueles que estudaram na cidade e das motivações que os tinham levado a migrar temporariamente com fins de estudo. Por um lado, reflete a falta de oferta educativa nas comunidades de origem, o que afetou principalmente pessoas de idade mais avançada ou aquelas provinhas de aldeias pequenas ou afastadas dos centros urbanos, já que a ampliação desta oferta nas terras indígenas Ticuna – ensino fundamental e ensino médio – se verificou, nos últimos anos, e sobretudo nos aldeamentos maiores.⁴ Por outro lado, revela decisões e escolhas com base em valores e juízos representativos para essas pessoas e/ou para seu grupo de parentesco de melhores perspectivas de vida. Esta última, para os Ticuna, significa poder alcançar o mesmo patamar que os *brancos*. O fato de aprender português e estudar em meio a eles representa ou até mesmo garante – na percepção de J.P e de outras pessoas com uma trajetória semelhante – uma situação de melhoria, em suas palavras, um *progresso*, a possibilidade de *ser alguém na vida*, de *ter um fu-*

4. Só a partir dos anos 1990, as escolas localizadas em terras ticuna passaram a ter da 1ª à 4ª série, sendo que de 1997 em diante foram criadas algumas escolas-polo nos aldeamentos maiores, oferecendo Ensino Fundamental completo e atendendo também à população de aldeias próximas a eles. Antes disso, a única opção existente para quem desejava obter uma maior escolarização era a de se deslocar para os centros urbanos ou, ainda, para aldeias localizadas em território peruano e colombiano. Com relação ao Ensino Médio, só em 2003, foi ofertado esse nível de ensino em três aldeias ticuna (Umariçu, Filadélfia e Feijoal), e com uma proposta pedagógica “diferenciada”. Em 2004 e 2005 ampliou-se essa oferta às aldeias de Campo Alegre, Betânia e Belém de Solimões.

turo. O “estudo” aparece como o meio mais seguro de chegar ao nível alcançado pelos não-indígenas, tanto no que diz respeito à posse de conhecimentos e bens materiais, quanto às funções e aos cargos destacados por eles ocupados.⁵

No caso analisado, J.P. provinha de uma aldeia pequena, localizada no município de Benjamim Constant. Esta não tinha escola e, sendo assim, ela teve de estudar numa comunidade vizinha, com não-indígenas. Conheceu quem seria sua futura patroa em Tabatinga, cidade localizada a umas quatro horas de lancha de sua aldeia, para onde seu pai se deslocava com frequência com o intuito de vender os produtos de sua roça numa feira improvisada próxima ao porto. A partir da oferta daquela senhora – freguesa do pai – de ir morar em Manaus para cuidar dos seus filhos, viajou para esta cidade, onde morou por 14 anos. Lá cursou da 4ª a 7ª série, quando deixou de estudar, porque naquela época conheceu seu futuro marido (não-indígena), indo morar com ele e, posteriormente, engravidando e se tornando mãe. Quatorze anos mais tarde, ela “decidiu voltar para a comunidade”, com ela

trazendo seus cinco filhos e separando-se do marido. Na cidade de Benjamim Constant, J.P. terminou o Ensino Fundamental e cursou o Médio, ao mesmo tempo em que trabalhava como professora em sua aldeia; o que a obrigava a realizar um trajeto diário de uma hora e meia de ida e outro tanto de volta, realizado pelo rio, de lancha, para poder estudar. Formou-se em dezembro de 2004 e, no ano seguinte, iniciou um curso de formação de professores de nível superior, coordenado pela Universidade Estadual do Amazonas.

As variadas mudanças de locais de moradia e os deslocamentos decorrentes são um traço comum das trajetórias de vida das pessoas que atravessaram um processo de formação escolar mais longo do que a maioria. Neste processo, atuam igualmente diversos agentes mediadores (parentes, patrões, lideranças de organizações indígenas, funcionários da FUNAI, missionários católicos e evangélicos, entre outros) que facilitam a inserção no meio urbano e nas instituições de ensino, o que supõe a inserção dos atores em variadas redes de relações (de parentesco, de compadrio, de amizade, políticas, clientelistas).⁶

5. Quando perguntei aos Ticuna o que significava para eles *ser alguém na vida*, vários me falaram que era *não sofrer na roça, estudar e ter emprego, ser um cidadão, ser uma pessoa importante, estar bem, ter boa alimentação, ter bom vestuário, ter boa educação, ter boa saúde, ser feliz com sua família*, entre outros. Observei que o estudo é valorizado tanto por ser percebido como instrumento para a autonomia, quanto por possuir um valor em si mesmo, já que está associado a uma série de experiências – afastamento da família, sofrimento, fome, sacrifícios, perigos – e à aquisição de conhecimentos que são prestigiados – aqueles provenientes do *mundo dos brancos*.

6. Considero importante enfatizar que a modalidade de moradia com “patrões” é significativa entre jovens provindos de aldeias Ticuna que estudam nas cidades da região do Alto Solimões ou em cidades mais distantes, como Manaus. É freqüente que solicitem comida e alojamento em troca da realização de tarefas domésticas. Contudo, observei que embora, em alguns casos, as atividades que os estudantes Ticuna deviam realizar para os patrões fossem numerosas e pesadas, em sua perspectiva isso não era considerado “trabalho”. Quando eu lhes perguntava se trabalhavam na cidade, foi recorrente a resposta de que “apenas faziam algumas tarefinhas” na casa dos patrões. O acesso ao pleno emprego é percebido como possível depois de se “obter um diploma” e está associado a um vínculo de trabalho estável (com contratação e carteira assinada).

No relato anteriormente citado, evidenciam-se o par “roça/estudo” como duas alternativas abertas para quem deixa de ser criança. Porém, são apresentadas dicotomicamente: o desejo da mãe de J.P. era que ela e os demais filhos a ajudassem na roça, enquanto ela queria estudar e “ter um futuro melhor”. Estas diferentes aspirações devem ser entendidas no contexto de mudanças e de novas possibilidades abertas para os Ticuna com o fim da situação histórica do seringal⁷ e com a configuração de uma nova conjuntura histórica, que se estruturou a partir de uma série de transformações econômicas e políticas acontecidas em nível local e nacional em meados da década de 1970: a preeminência de órgãos federais como o Exército, a ampliação da assistência da FUNAI e a intervenção de novos agentes, de entidades não-governamentais, da Igreja Católica e de pesquisadores da universidade.

Os primeiros Ticuna a irem estudar na cidade compartilham certas características sociais, entre as quais se destaca a condição de integrarem famílias que gozam de uma liderança ou de significativo poder de influência dentro da aldeia onde moram

e que, por sua vez, possuem – na maioria dos casos – sólidos vínculos externos com um ou vários agentes (e instituições) da sociedade nacional. O prestígio dessas famílias sustenta-se em grande parte – entre outras condições – na existência de tais vínculos externos.

Em sua maioria, os primeiros que saíram para estudar na cidade (no final da década de 1970 e início da década de 1980) são hoje pessoas vinculadas ao movimento indígena, lideranças de organizações e/ou ocupam cargos públicos no município, no estado ou na FUNAI. Segundo a percepção de alguns deles, muitos pais de família – depois de perceberem a mobilidade social e o prestígio que haviam adquirido na tentativa de *ser alguém na vida* – teriam começado a se preocupar com a educação escolar dos filhos e a apoiá-los materialmente para isso. “Hoje, todos os pais querem que seus filhos estudem” – comentário que me foi feito por distintas pessoas como uma aspiração compartilhada.

Assim, foi a partir da segunda metade da década de 1990 que algumas pessoas, em sua maioria consideradas jovens e solteiras,⁸ começaram a se deslocar em maior

7. Com a noção de “situação histórica”, Oliveira Filho retoma o conceito de situação social de Gluckman, assim como alguns desenvolvimentos da abordagem de Oliveira, elaborando um modelo analítico que privilegia os padrões de interdependência entre os atores e as fontes e os canais institucionais de conflito. Em sua utilização para a análise do contato interétnico no Alto Solimões, esta noção é definida: “pela capacidade que assume temporariamente uma agência de contato de produzir, através de imposição de interesses, valores e padrões organizativos, certo esquema de distribuição do poder e autoridade entre os diferentes atores aí existentes, baseado em um conjunto de interdependências e no estabelecimento de determinados canais para resolução de conflitos”.

8. É importante assinalar que a categoria jovem (dita pelos Ticuna em português) é mais utilizada para designar uma etapa de formação da pessoa do que para denotar uma faixa de idade específica. Esta etapa é caracterizada por uma busca de experiências e por uma série de traços. Para os Ticuna no contexto atual “ser jovem” representa uma forma distinta ou um estilo de vida diferenciado aos dos adultos e idosos.

proporção de suas comunidades, visando estudar nas cidades da região ou em cidades mais distantes; entre elas, de forma crescente, encontram-se mulheres.⁹

3 Formação escolar na cidade, migração e retorno

Segundo L'Estoile (1997), os antropólogos, sobretudo de viés estrutural-funcionalista, têm se sentido incomodados diante dos “indígenas educados” ou “intelectuais”, tanto pela interpretação de seu *status* – se devem considerá-los “nativos verdadeiros” ou “destribalizados” – quanto por confrontá-los, ao apresentarem outras versões e interpretações de sua cultura, diferentes daquelas construídas pelos antropólogos e, ainda, por funcionarem como porta-vozes de seus patrícios, substituindo-os, deste modo, no papel de mediadores. Por esses motivos, para o autor, os antropólogos teriam privilegiado enfocar as narrativas e conhecimentos dos membros do grupo estudado, considerados “mais autênticos” por morarem no meio tradicional e manterem a sua cultura igualmente “tradicional” (p. 92-95). Paradoxalmente, são os membros do grupo “educados” (no meio urbano) e afastados da imagem do índio tradicional que, geralmente, se transformam em interlocutores privilegiados dos antropólogos, no sentido de que estão familiarizados com seus interesses, vocabulário e métodos de trabalho, embora sejam

levados a trabalhar, em alguns casos, apenas como “intérpretes” ou “tradutores” das falas dos mais “autênticos”. O pressuposto desta perspectiva é o de que com a aprendizagem de novos costumes ocorre necessariamente um afastamento dos valores e das referências tradicionais. Como salienta Oliveira Filho (1996, p. 6):

Um modo simplista de pensar sobre os movimentos migratórios que envolvem as sociedades indígenas costuma interpretar tais deslocamentos como indícios de que está em marcha um processo de desagregação destas sociedades. Toma-se como ponto de partida uma meia verdade – a de que o índio e seu território mantêm uma relação visceral – para daí inferir que qualquer dissociação desta fórmula (que como bandeira de luta é didática e até mesmo em muitos casos eficiente) implicará em risco de extinção ou em grave prejuízo para aquelas coletividades.

No Brasil, ainda existem poucos trabalhos que analisam o deslocamento e a migração urbana de indígenas a partir de perspectivas não essencialistas ou culturalistas (OLIVEIRA, 1972; FÍGOLI, 1985; ROMANO, 1996; LASMAR, 2002; ANDRELLO, 2006; SILVA, 2007; MACHADO, 2008; CICCARONE, 2008). São ainda mais escassos os estudos que abordam os impactos da formação escolar urbana nos indígenas que vivenciam esta experiência. Um estudo clássico é o de Florestan Fernandes (1975)

9. A proporção de homens que saíam das aldeias para estudar na cidade era muito maior que a das mulheres. Isto estaria mudando nos últimos anos. Vários informantes concordam em assinalar que, para as mulheres, é mais difícil estudar, já que os pais *sovinam* suas filhas, temendo que na cidade fiquem *solitas* namorando e que engravidem. A representação existente é que elas seriam mais suscetíveis de *sofrer abuso*, tanto por parte dos próprios patrões, quanto de colegas ou de outros moradores da cidade. Ao mesmo tempo, vários destacaram o fato de as mulheres terem mais facilidade para conseguir emprego que os homens e assim poderem permanecer na cidade enquanto estão estudando, já que há muita oferta de trabalho doméstico.

a respeito da figura de Tiago Marques Aipobureu, um bororo que, em 1910, aos 12 anos de idade, foi levado para estudar em Cuiabá e, em função de seu brilhante aproveitamento, continuou os estudos em Roma e Paris. O caso foi tratado também por Baldus e pelos padres Colbacchini e Albisetti como um exemplo de marginalidade – um homem que se situava na divisa de duas culturas sem pertencer a nenhuma delas. Ao regressar à sua aldeia de origem, não conseguiu, apesar de todos os esforços, tornar-se um “bom bororo”, já que possuía uma série de insuficiências de conhecimentos e habilidades no que se referia aos padrões da tribo. Seu destino de “cristão-letrado” também provocou grandes conflitos com os não-indígenas. A ambivalência de atitudes – segundo descreveu Fernandes – iria problematizar toda a sua vida.¹⁰

Romano, analisando o caso dos Sateré-Maué, levados pela FUNAI a Manaus para estudar numa Escola Agrícola, em regime de internato, nas décadas de 1970 e 1980, considerou que a educação escolar funcionou reforçando a migração, já que embora muitos voltassem às aldeias de pertença depois de terminarem seus estudos – supostamente para aplicarem os conhecimentos aprendidos – os novos hábitos adquiridos na cidade dificultavam a inserção na comunidade e provocavam muitos conflitos (ROMANO, 1996, p.137). Segundo o autor, o regresso desses jovens estudantes à aldeia não significava a sua fixação definitiva, pois eles não conseguiam se adaptar satisfatoriamente e voltavam a emigrar das reservas em poucos anos.

Para os Ticuna, essa condição de “marginalidade” de alguns, no sentido de terem sido socializados em meio aos “brancos”, ou de terem passado um período de suas vidas afastados das aldeias, não os coloca necessariamente fora do grupo. Ao contrário, algumas das pessoas que construíram uma liderança importante, conseguindo criar uma unidade articuladora de interesses mais amplos que os do grupo local, viveram um período de suas vidas no meio urbano.

No caso que enfoco neste artigo – a experiência de estudo de um segmento dos Ticuna na cidade – se trata de uma migração temporária, na qual são valorizadas sobretudo a experiência, os lugares e os costumes conhecidos e as relações estabelecidas com “brancos”. Porém, isto não envolve perda de vínculos com o grupo de parentesco ou uma dificuldade na reinserção em suas aldeias originárias, nem fixação definitiva nas cidades.

É importante situar a migração temporária com fins de estudo dentro de outras formas e alternativas de deslocamento atualmente praticadas pelos Ticuna, sobretudo pelos jovens. A opção de ser reservista do Exército constituía uma via, destacada por Oliveira, para obter prestígio e se tornar – na perspectiva dos seus informantes – um *Ticuna moderno* (OLIVEIRA, 1964, p.100). Também Oliveira Filho (1996, p.7) refere-se a rapazes ticuna que, por curiosidade ou espírito de aventura, frequentemente iam para as cidades próximas (Tabatinga, Leticia ou São Paulo de Olivença) em busca de oportunidades de emprego assalaria-

10. Contudo, Fernandes focalizou a vida de Tiago até 1939 e não analisou seus últimos anos, que – segundo nos relata Meliá – foram de superação dessa marginalidade: “Quando Tiago Marques morreu, em 1958, era considerado pelos Bororo de Merúri como o maior conhecedor da cultura e uma autoridade em assuntos bororo”.

do (em geral, conseguido no comércio ou em obras públicas); outras vezes, empregavam-se em barcos comerciais que realizavam o transporte na região, o que lhes possibilitava conhecer a grande cidade de Manaus, entre outros lugares.

Cabe destacar que a forma de vida atual dos Ticuna depende amplamente do contato constante com os centros urbanos: para fins de comércio, de obtenção de benefícios sociais, como aposentadoria e assistência médica, mas também para se apropriarem dos espaços de lazer e de diversão existentes. Como revelou-se nas representações e nos discursos dos Ticuna com quem tive contato, não importa onde se more, que trabalho seja desempenhado ou que acesso à tecnologia moderna se possua, pois tais fatores não definirão a identidade das pessoas. Os conteúdos culturais utilizados para identificar uma pessoa como parte de seu grupo são, antes: o critério lingüístico (falar a língua ticuna), pertencer a um clã e se casar de acordo com a divisão destes últimos em metades (exogamia de metades).

Nas palavras de um professor ticuna que, no período em que realizei meu trabalho de campo, atuava como coordenador do Setor de Educação Indígena da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo de Olivença:

Para mim, não tem interferência nenhuma [o fato de estudar na cidade]. A gente não estuda a língua ticuna nem a cultura. Estuda mais em geral, né? Mas, para mim, como Ticuna, não tem interferência em nada não porque depois a pessoa volta para a comunidade, trabalha e se forma de novo. Não muda nada. Só ficam mais avançados na sua formação. Aqueles alunos que se formam aqui na cidade [São Paulo de Olivença], todos voltam para a comunidade. Quem

permanece aqui na cidade é quem tem pai morando aqui. Mas alunos que vêm das comunidades para estudar, terminam e vão embora. Muitos voltam e, pouco depois, começam a trabalhar como professor [...] Antes era diferente. Alguns alunos iam para a cidade sem orientação, ficavam confusos, encantados. Gostavam da cidade e não queriam voltar mais para a comunidade. Agora nossa visão mudou, já é outra visão que nós temos. Nós estamos querendo a melhoria de nossa comunidade. Os alunos vão orientados pelos professores ou pessoas como nós, não têm mais essa preocupação para nós. Vêm para a cidade estudar mesmo (Grifo nosso).

O estudo na cidade faz com que as pessoas adquiram mais experiência e prestígio perante os membros do grupo de parentesco ou facção à qual pertencem. A experiência positivamente valorizada, na grande maioria dos casos, não implicará, contudo, a inserção definitiva no espaço urbano, verificando-se, em geral, o regresso à aldeia de origem. Isto não significa que não se produzam mudanças nas expectativas, nos valores e nas identidades desse segmento da população ticuna. A maioria já não se contenta com o trabalho de agricultor e pescador que era o dos pais e almeja a obtenção de um emprego assalariado.

Outro aspecto a salientar é que o processo de prolongamento da escolaridade tem contribuído para que uma significativa parcela dos jovens retarde a transição para a vida adulta. Oliveira Filho (1977) destacava, na época em que realizou a sua primeira viagem de campo à região (1974), que a condição de celibato era rara e muito criticada pelos parentes. Atualmente, começa a ser mais frequente observar homens e mulheres que chegam aos 30 anos

ainda solteiros. O fato de estudar justifica e não torna problemática essa indefinição. Quando formados, eles tentarão, em primeiro lugar, conseguir um trabalho assalariado e somente depois pensarão em constituir uma família.

A formação escolar na cidade encontra paralelismos com traços que Van Gennep (1960) identificou como etapas, sequências ou períodos de um ciclo ritual que o indivíduo atravessa a fim de mudar de *status* ou de posição social: uma fase inicial de separação do *status* anterior ou de um conjunto de condições culturais, através da mediação de ritos preparatórios; uma fase liminar ou de margem durante a qual está sujeito a estritas proibições e regras e possui características ambíguas (com poucos dos atributos do passado ou do estado futuro); finalmente, a reintegração na comunidade ou a agregação a ela, já com seu novo *status* social. O período de estudos na cidade envolverá para o indivíduo tanto um distanciamento físico dos parentes, como um afastamento de atividades cotidianas e rotineiras praticadas na aldeia. Assim, ele viverá uma condição transitória que, como Van Gennep assinala acima, possui características próprias, sendo, em certo sentido, distintas daquelas que viveu no passado e das que experimentará no futuro. Entre elas, considero importante destacar o tempo livre, a liberdade e a autonomia que o indivíduo goza durante esse período na

cidade, sendo possível transgredir certas regras e valores, especialmente os que dizem respeito ao relacionamento com o sexo oposto, o consumo de álcool e a participação em festas.

A reintegração do estudante residente por vários anos em uma ou mais cidades tem seu ponto culminante na festa geralmente realizada quando de seu retorno à comunidade. Dos casos que conheci – de formandos ticuna de Ensino Médio que estudavam em Benjamin Constant ou em São Paulo de Olivença – todos destacaram o fato de que, além de participar da cerimônia de formatura organizada pela escola da cidade, a família estava organizando um festejo na aldeia programado para o momento de seu retorno.

O *sacrifício*, o *esforço*, as *provas* e os *perigos* envolvidos na formação escolar são o que legitimam a pretensão da pessoa em obter um cargo ou um trabalho assalariado de prestígio na comunidade (ou fora dela) e não o caráter ou a qualidade dos conteúdos escolares aprendidos. Dessa forma, mais do que as habilidades e os conhecimentos adquiridos durante o estudo na cidade, o que conta é o capital simbólico que acumularam com seu *esforço* e *sufriemento*.¹¹ Portanto, *ter estudo* e não conseguir trabalho são percebidos como inconcebíveis, e quando isso é muito comentado nas conversas informais que acontecem na aldeia.

11. Como destaca Macedo, também devem ser consideradas condições importantes para a obtenção de um cargo na comunidade, o pré-requisito de conhecimento da função a se desempenhar e, principalmente, a indicação por parte das famílias que gozam de maior influência e prestígio dentro da aldeia. Estes dois critérios estão geralmente associados, pois como comenta Erthal: “Cria-se um círculo vicioso, no qual são ‘escolhidos’ para participar de cursos de reciclagem ou formação profissional aqueles índios vinculados por laços de parentesco ou aliança com as lideranças faccionais mais influentes, ao mesmo tempo em que os cargos são acessíveis para aqueles que têm a devida formação”.

4 Os cargos ocupados

Além das observações etnográficas, pode reconstruir e identificar, com a ajuda de vários informantes, as ocupações e o local de moradia atual das pessoas formadas no Ensino Médio até o ano de 2003, em distintos centros urbanos da região do Alto Solimões. Não há uma única trajetória possível para as pessoas que regressam às suas aldeias com certo grau de formação (Ensino Médio completo, formação profissional e Ensino Superior). As alternativas e as escolhas perseguidas são múltiplas, sobretudo nos últimos anos. O que parece ter primazia é a vontade de se obter empregos considerados *bons* ou com certo *degrau* – como várias vezes escutei. De forma distinta ao tipo de trabalho realizado pelos Ticuna na cidade para poderem se manter enquanto estão estudando (sem estabilidade, sem contrato, nem carteira assinada e recebendo salários baixos – menos de um salário mínimo na maioria dos casos), as pessoas “formadas” pretendem conseguir um *trabalho bom* e desejam concorrer a cargos, ou procuram continuar seus estudos de ní-

vel superior, ou mesmo as duas alternativas combinadas, de acordo com as oportunidades que se lhes apresentem. Enquanto trabalham, vão prestando os vestibulares existentes na região (da Universidade Estadual do Amazonas e da Universidade Federal do Amazonas) ou realizando outros cursos que lhes sejam ofertados, geralmente relacionados a projetos encaminhados pelas organizações Ticuna. Esta busca por “maior formação” reflete o valor que as pessoas outorgam à vivência de novas experiências, ao trânsito por novos espaços e ao enfrentamento de novas situações, o que, em sua visão, “aumenta o seu conhecimento”.

O processo de crescimento e de urbanização verificado nos últimos 30 anos em algumas aldeias ticuna resultou na necessidade e no surgimento de papéis e cargos antes inexistentes. É nas aldeias maiores (Umariáçu, Campo Alegre, Betânia, Belém de Solimões, Feijoal, Vendaval, Nova Itália) – que concentram mais de um terço do total da população ticuna atual (16 mil de um total de 40 mil pessoas, segundo DSEIAS, 2004) – que se observa a consolidação de novos papéis sociais, como os listados a seguir:

Quadro I

Cargos existentes nas aldeia

Na área da educação	Na área da saúde
Professores	Administrador de posto de saúde
Secretário	Médico
Diretor	Enfermeiro
Merendeira	Técnico em enfermagem
Vigia	Técnico de laboratório
Porteiro	Agente indígena de saúde
Bibliotecário	Dentista / Ajudante de dentista
Serviços gerais	Serviços gerais / Vigia / Motorista

Na área da administração geral da aldeia

Chefe de posto

Capitão

Vice-capitão

Polícias ou guardas

Trabalhadores braçais (cuidam e mantêm os prédios públicos da comunidade: escola, posto de saúde, quadras esportivas; limpam e capinam ruas e praças)

Pessoas que cuidam da manutenção das unidades geradoras de energia elétrica, postos telefônicos e rádios

Motorista

NA ESFERA RELIGIOSA

IGREJA BATISTA

IGREJA DA IRMANDADE SANTA CRUZ

IGREJA CATÓLICA

Pastor

Diretor

Catequista

Evangelista

Presidente

Missionário

Secretário

Diretor de jovens

Tesoureiro

Obreiro

Fiscal

No nível das organizações indígenas locais

Presidente

Vice-presidente

Tesoureiro

Segundo tesoureiro

Primeiro secretário

Segundo secretário

Primeiro fiscal

Segundo fiscal

Pode-se mencionar ainda a existência de pessoas que se dedicam a atividades comerciais, como donos de cantinas e barzinhos ou como marreteiros que compram os produtos dos próprios moradores da aldeia e os revendem na cidade; atividades estas que tanto possibilitam a obtenção de dinheiro quanto certo prestígio em nível local.

Na área de saúde, somente os postos de médico e de dentista são preenchidos por não-indígenas, pelo fato de ainda não haver Ticuna com essa formação. Na área de educação, são aqueles de professor das últimas séries do Ensino Fundamental e de algumas disciplinas do Ensino Médio, implantado nas aldeias maiores, que são ocupados por não-indígenas.¹² Todas as outras funções são desempenhadas por Ticuna. A área de educação é a que garante maior número de empregos, o que se relaciona claramente com o aumento da população escolar. Nesta área e na da saúde, todos recebem um salário.

Na esfera que denominei “administração geral da aldeia”, pelo fato de envolver papéis vinculados ao tratamento de questões e assuntos que abrangem toda a comunidade, só recebem salário os chefes de posto. Por ocasião de meu trabalho de campo, o cargo de “capitão” só era remunerado no município de São Paulo de Olivença, sendo que o prefeito lhes garantia uma

ajuda de custo. A função de “trabalhador braçal”, que consiste no trabalho de capina e limpeza de ruas, é remunerada pela Prefeitura somente em algumas das grandes aldeias, onde alguns moradores são especialmente contratados para isso. Na maioria das aldeias, porém, esse trabalho é voluntário, promovido pelo capitão.

A ocupação das funções listadas na esfera religiosa e nas organizações indígenas não garante propriamente um salário. Contudo, as pessoas a elas se referem como cargos e destacam essa condição. De fato, elas significam a acumulação de prestígio e uma fonte de orgulho e de referência da identidade (sobretudo diante de agentes externos, diante dos quais aludem ao papel que ocupam).¹³ O desempenho de algumas destas funções facilita ou garante o manejo de recursos e projetos, o que é muito valorizado e outorga capacidade de influência e mobilização de aliados. Assim, a ocupação de alguns destes papéis possibilita reforçar a liderança no interior do grupo e ainda diante de outros grupos vicinais ou facções.

Vejam os seguintes quais são os cargos ocupados, nos últimos anos, pelos Ticuna que estudaram na cidade, ao retornarem a suas aldeias de origem. Considerarei para análise dados dos alunos ticuna dos municípios de São Paulo de Olivença e de Benjamin Constant, já que nesses municípios a população escolar é maior do que em outros.

12. Os professores não-indígenas dos estabelecimentos de Ensino Médio localizados em terras ticuna lecionam somente algumas disciplinas, como matemática, física, química, biologia, língua portuguesa e literatura brasileira, dada a escassez de professores ticuna formados nessas disciplinas. Contudo, como o acesso ao ensino superior vem crescendo, a tendência é que este quadro se reverta em poucos anos e que os Ticuna assumam todas as disciplinas.

13. Tanto Brown, como Chaumeil destacam a importância que adquire no cotidiano de algumas comunidades indígenas da Amazônia a participação em organizações e a ocupação de cargos formais (tesoureiros, secretários, conselheiros etc.). Todos parecem ser membros de algumas e se mostram orgulhosos ao mencionarem seus postos às pessoas que chegam de fora, como os antropólogos.

4.1 Cargos ocupados pelas pessoas formadas em Ensino Médio no município de São Paulo de Olivença

A partir de um levantamento feito, entre 2002 e o final de 2004, com a ajuda dos funcionários da Coordenação de Educação Indígena da SEMED de São Paulo de Olivença, de vários estudantes ticuna e dos diretores dos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio dessa cidade, pude verificar que até 2002, inclusive, tinham concluído o En-

sino Médio nessa cidade 35 alunos Ticuna. A maioria formou-se entre os 19 e os 23 anos de idade: 18 dos 35. Somente cinco pessoas o concluíram com mais de 30 anos. A maioria formou-se entre 2000 e 2002. Somente quatro pessoas (homens adultos) antes do ano 2000, os quais ocupam cargos (políticos) na cidade.

Esses 35 com Ensino Médio completo (11 mulheres, 24 homens), em 2004 e 2005, estavam trabalhando como:

Quadro 2

Ocupação dos Ticuna que se formaram no Ensino Médio até 2002, na cidade de São Paulo de Olivença

Professores	15 em diferentes escolas do Ensino Fundamental localizadas em terras indígenas 3 na Escola de Ensino Médio localizada na aldeia de Campo Alegre
Funcionários da Coordenação da Educação Indígena da SEMED	4 (moravam na cidade de São Paulo de Olivença)
Administrador do DSEIAS, Polo-base de Campo Alegre	1 (morava na aldeia) Polo-base de Campo Alegre
Administrador do DSEIAS, Polo-base de São Paulo de Olivença	1 (morava na cidade)
Técnica de enfermagem	1 (morava na cidade)
Soldado do Exército	1 (mora em Tabatinga)
Vereador	1 (mora em São Paulo de Olivença)
Funcionário da FEPI	1 (mora em Manaus)
Serviço geral no polo-base de São Paulo de Olivença	1 (mora em São Paulo de Olivença) de São Paulo de Olivença
Pastor na aldeia de Campo Alegre	1 (mora na aldeia)
Intérpretes no Hospital de São Paulo de Olivença	2 (moram nessa cidade)

Se compararmos estes dados com a lista de ocupações e novos papéis sociais presentes nos aldeamentos maiores acima mencionados, veremos que as pessoas com formação de Ensino Médio ocupam os cargos mais altos e com melhor remuneração. Muitos estão empregados na cidade e, portanto, são nela residentes, porém quase todos têm casa também em sua aldeia de origem – quer seja casa própria, quer seja dos pais. Há também aqueles que moram em área indígena e têm casa na cidade de São Paulo de Olivença, para onde costumam se deslocar para passar o final de semana.

O número de pessoas formadas não empregadas até 2005 era muito baixo (três) e, em geral, esperavam que alguma vaga aparecesse. Duas delas estavam trabalhando na cidade de São Paulo de Olivença com um patrão, enquanto esperavam melhor oportunidade de emprego.

Várias dessas pessoas já empregadas também estavam realizando cursos de ní-

vel superior (os que atuam como professores, cursam a Licenciatura Intercultural para Professores Ticuna, coordenada pela UEA e pela Organização Geral de Professores Ticuna Bilingües; outros estavam seguindo cursos regulares ofertados na região pela UEA e pela UFAM).

4.2 Cargos ocupados por pessoas com Ensino Médio no município de Benjamin Constant

A partir do levantamento realizado, os estudantes ticuna do município de Benjamin Constant com Ensino Médio até o ano de 2002, inclusive, eram 50 pessoas (16 mulheres, 34 homens). Deles, 11 formaram-se antes de 2000, sendo duas mulheres; e 39 entre 2000 e 2002, dentre eles, 14 mulheres.

Nos anos de 2004 e 2005, essas 50 pessoas estavam trabalhando e recebendo sa-

Quadro 3

Ocupação dos Ticuna que se formaram no Ensino Médio até 2002, na cidade de Benjamin Constant

19 professores
7 funcionários na sede do DSEIAS
6 AIS (agentes indígenas de saúde)
2 técnicos de enfermagem
1 vereador
1 administrador do posto de saúde de Filadélfia
1 funcionário da SEMED
1 funcionário do município
2 lideranças de organização ticuna
1 militar
1 motorista de moto-táxi
1 diretor de escola
1 funcionário da FEPI

lário nas funções de:

Vemos que a maioria dos que concluíram o Ensino Médio conseguiu trabalho como professor. Contudo, a carreira de alguns não se limitou a isto. Continuaram procurando outras oportunidades de uma melhor formação, prestaram exames vestibulares visando o ingresso no Ensino Superior e continuavam pretendendo ocupar outros cargos mais bem remunerados.

5 Conclusão

Para os Ticuna, o estudo na cidade, longe de representar o fator de desagregação salientado pelas perspectivas essencialistas e estáticas sobre os povos indígenas, possibilita a vivência de experiências por eles valorizadas e, desse modo, a aquisição de prestígio. Contudo, a pesquisa demonstrou que a moradia no espaço urbano não é definitiva, existindo um trânsito fluido entre o primeiro e as aldeias. No retorno a estas últimas, está em jogo tanto a pressão da família, quanto a possibilidade concreta de se ter mais oportunidades de emprego do que na cidade, onde ainda está presente um contexto adverso e discriminador para a população indígena.

Também é importante destacar que a opção pelo *estudo*, embora crescentemente valorizada, não é a única para os jovens, nem substitui de maneira uniforme ou irreversível outras escolhas, como dedicar-se à agricultura e a atividades de subsistência, casar e ter filhos cedo, viajar e empregar-se em cidades distantes, tornar-se pajé (curandeiro), entre outras.

Outra questão evidenciada pela pesquisa foi a constatação de que quando uma família ou facção tem um de seus membros com formação escolar mais avançada do que a maioria, isto acrescenta poder

ao grupo uma vez que, por um lado, incrementa a capacidade de acionar diferentes vínculos com o exterior para assegurar vagas nas escassas ofertas educativas existentes na região, assim como condições para a sua manutenção; por outro lado, a pessoa formada, ao regressar à comunidade – fato que ocorre em quase todos os casos – irá ocupar cargos de prestígio e decisão, desempenhando um papel que reforçará ainda mais a liderança de seu grupo. Além disso, a aquisição de um *habitus* escolarizado (BORDIEU, 1974) e a obtenção de um salário aprofundam os processos de segmentação e de hierarquização internos presentes nas aldeias ticuna.

Cabe observar ainda o caráter complexo e ambíguo da inserção de profissionais indígenas nas aldeias. Embora ela seja reconhecida – sobretudo pelas lideranças das organizações ticuna – como uma conquista e avanço em prol de uma autonomia diante dos não-indígenas, há empecilhos para que ela se efetive de fato, não apenas burocráticos e políticos por parte dos governos locais, mas também por parte das facções e grupos de parentesco opostos dentro da aldeia.

Fica como desafio etnografar de que modo se reorganizam as hierarquias dentro das aldeias, após o retorno dos Ticuna formados, e de que maneira estes últimos contribuem para as problemáticas e demandas da “comunidade”, assim como a observação das práticas diferenciadas em relação aos profissionais não-indígenas, até então detentores dos cargos de maior prestígio nas áreas indígenas.

NOTA SOBRE A AUTORA

Mariana Paladino nasceu em La Plata, Argentina. É Licenciada em Antropologia pela Universidade Nacional de La Plata e Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Professora Adjunta de Antropologia e Educação, na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora associada ao Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento, Museu Nacional, UFRJ. Pesquisa no Brasil desde 1999 temáticas vinculadas à educação escolar indígena. Publicou como organizadora, junto com Stella Maris Garcia, o livro: "Educación Escolar Indígena. Investigaciones antropológicas en Brasil y Argentina (editorial Antropografía, Buenos Aires, 2007).

REFERÊNCIAS

ANDRELO, Geraldo. **Cidade do Índio: transformações e cotidiano em Iauaretê**. São Paulo: UNESP, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BROWN, M. Facing the State, Facing the World: Amazonia's Native Leaders and the New Politics of Identity. In: LÉVI-STRAUSS et al (Orgs.). **L'Homme: La remontée de l'Amazone**. 23 (126-128). p. 307-326, 1993.

CHAUMEIL, Jean-Pierre. De Loreto à Tabatinga. **L'Homme**, 122-124, avr.déc. 32 (2-3-4), p. 355-375, 1992.

_____. Par delà trois frontières, l'espace central du Trapèze amazonien (Pérou, Colombie, Brésil). Autrepart V.14. p.53-70, 2000.

CICCARONI, Celeste. Os Tupinikim e a cidade: etnicidade em contexto urbano. **Geografares**, Vitória, v. 6, p. 131-142, 2008.

ERTHAL, Regina M. de C. **O suicídio Ticuna na região do Alto Solimões-Amazonas**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1998.

FERNANDES, Florestan. Tiago Marques Aipobureu: um bororo marginal. In: _____. **Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FÍGOLI, Leonardo. Identidad regional y Caboclisto: índios del Alto Río Negro en Manaos. **Anuário Antropológico**, 83. Brasília, DF: Tempo Brasileiro, 1985. p. 119-154.

LASMAR, Cristiane. **De Volta ao Lago de Leite: a experiência da alteridade em São Gabriel da Cachoeira (alto Rio Negro)**. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

L'ESTOILE, B. Au nom des 'vrais Africains'. Les elites scolarisées de l'Afrique coloniale face à l'anthropologie (1930-1950). **Terrain**, n. 28, p.87-102, 1997.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. Índio na cidade é índio? Considerações sobre um debate provocante. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro. **Anais...** Porto Seguro: [s.n], 2008.

MACEDO, G. M. **Negociando a identidade com os brancos: religião e política em um núcleo urbano ticuna**. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

MELIÁ, Bartomeu. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

NIMUENDAJU, Kurt. The Tukuna. In: STEWARD, Julian H. **Handbook of the South American Indians**. v. 3, p. 713-25, 1948.

_____. **The Tukuna**. American Archeology. Berkeley & Los Angeles University of California Press, 1952.

OLIVEIRA FILHO, J. P. **As facções e a ordem política em uma reserva tukuna**. 1977.

Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)
- Programa de Pós- Graduação em Antropologia
Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF,
1977.

_____. Viagens de ida, de volta e outras
viagens: os movimentos migratórios e as
sociedades indígenas. *Travessias*, jan./abr. p.
5-10, 1996.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Índio e o
mundo dos brancos: a situação dos Tukuna do
Alto Solimões.** São Paulo: DIFEL, 1964.

_____. **Urbanização e tribalismo.** Rio de
Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **A sociologia do Brasil indígena.** Rio
de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

ROMANO, Jorge. **Índios proletários em Manaus:
el caso de los Sateré-Mawé citadinos.** 1982.
Dissertação (Mestrado em Antropologia) -
Universidade de Brasília, Brasília-DF, 1982.

_____. De como 'chegar a ser gente':
etnicidade e hierarquia entre migrantes
indígenas em Manaus. *Travessia*, jan./ abr.
1996.

SILVA, Alexandra Barbosa da. **Mais além da
'aldeia': território e redes sociais entre os
Guarani do Mato Grosso do Sul.** 2007. Tese
(Doutorado em Antropologia Social) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de
Janeiro, 2007.

VAN GENNEP, Arnold. **The rites of passage.**
[s.l.]: [s.n], 1960.

Recebido em: 26.08.10

Aprovado em: 26.10.10

